Jan/Março 98

TL6667

Preocupações e recomendações

Reunião Asia-Europa, 3 e 4 de Abril 1998, Londres

Timor Leste

A Amnistia Internacional tem manifestado sérias preocupações sobre a situação dos Direitos Humanos em Timor-Leste desde a invasão do território pela Indonésia em 1975. As preocupações incluem: "desaparecimentos", execuções extra-judiciais, encarceramento de prisioneiros de consciência, detenções arbitrárias de prisioneiros politicos, tortura e maus tratos e julgamentos injustos.

As violações de direitos humanos, têm lugar, geralmente, num contexto de resistência contínua, quer pacífica quer violenta, à ocupação indonésia. Embora o pequeno exército de resistência, as Falintil, tenha vindo a conduzir uma guerra de guerrilha contra os militares indonésios, a maioria da oposição tem lugar de forma clandestina e não violenta, por parte dos civis.

Existe uma concentração grande de forças de segurança em Timor-Leste. As violações de direitos humanos são levadas a cabo por militares, polícias e por uma variedade de grupos paramilitares. As forças de segurança actuam numa atmosfera de quase total impunidade. A Amnistia Internacional considera que a ausência de investigação e de responsabilização pelos abusos é um factor significante para o continuado ciclo de violações de direitos humanos.

Os abusos de direitos humanos incluindo assassinatos de civis, à margem da lei, têm sido cometidos por grupos de oposição armada em Timor Leste. A Amnistia Internacional tem condenado estes assassinatos.

A situação actual dos direitos humanos em Timor

A situação dos direitos humanos em Timor Leste não mostra sinais de melhoria. O conflito intensificou-se durante 1997, especialmente na fase final da campanha eleitoral e logo após as eleições parlamentares de Maio na Indonésia. Os ataques dos grupos de oposição armada, contra os alvos indonésios militares e civis resultaram em operações intensivas, por parte das forças de segurança, para punir os responsáveis. Várias centenas de pessoas foram detidas durante estas operações. A Amnistia Internacional receia que algumas poderão ter sido detidas pelas suas actividades não violentas, pró-independência.

Pelo menos 28 pessoas foram detidas e levadas a julgamento durante este periodo. Duas foram condenadas à morte em Dezembro de 1997 pelo seu envolvimento numa embuscada a um camião militar, em que 17 pessoas morreram. Esta é a primeira vez que uma sentença de morte é aplicada em Timor Leste o que sugere um endurecimento da atitude das autoridades indonésias em relação a Timor Leste. A Amnistia Internacional está preocupada com o facto de os julgamentos não terem decorrido de acordo com os padrões internacionais de julgamentos justos.

Existem aproximadamente 10 prisioneiros de consciência timorenses, a cumprirem penas de prisão perpétua. Pelo menos 18 prisioneiros de consciência foram condenados em 1997 - alguns dos quais foram libertados. O reduzido número de prisioneiros de consciência, em relação a outros anos, esconde a tendência que se tem verificado para o aumento das detenções arbitrárias, durante curtos periodos, de pessoas suspeitas de apoiarem a independência de Timor Leste. Os observadores de direitos humanos estimam que, só durante o último ano, mais de 280 pessoas, incluíndo activistas pacíficos, foram sujeitas a detenções arbitrárias por curtos periodos. Muitos dos presos estiveram sujeitos a detenção em regime de incomunicabilidade. O risco de se ser submetido a tortura e maus tratos, que continua a ser um lugar comum em Timor Leste, é particularmente mais elevado durante as detenções em regime de incomunicabilidade. A Amnistia Internacional continua a receber relatos de detidos que foram sujeitos a espancamentos, electrocuções e outras formas de tortura. Existem, pelo menos, dois casos recentes de mulheres violadas sexualmente pelas forças de segurança.

Continuam a ser recebidos relatos de "desaparecimentos" e execuções extra-judiciais. A continuada proibição da entrada no território dos observadores (incluindo a Amnistia Internacional) tem tornado impossível a verificação destas alegações.

Nos últimos meses, têm surgido numerosas acusações por parte dos militares, contra os grupos de oposição armada responsabilizando-os pelo assassinato de civis. Recentemente os militares anunciaram que quatro pessoas foram mortas pela oposição armada na provincia de Liquiza. De acórdo com algumas fontes, algumas destas mortes podem ter sido levadas a cabo por grupos para-militares indonésios ou por milícias civis ligadas às forças de segurança indonésias, numa tentativa de desacreditar a oposição. Em muitos destes casos a única fonte de informação continua a ser os militares. A Amnistia Internacional é incapaz de verificar algumas das versões dos acontecimentos, mas considera que os relatos, simplesmente reforçam a necessidade de observadores independentes de direitos humanos, terem acesso ao território para investigarem os abusos quer dos grupos de oposição armada quer das forças de segurança indonésias.

Iniciativas Internas

Existe agora, em Dili, uma sede da Comissão Nacional para os Direitos Humanos (Komnas HAM). Embora a Amnistia Internacional reconheça o trabalho importante realizado pela Komnas HAM na Indonésia, a sede em Dili não se pode considerar que tenha sido eficaz, e até agora crê-se que tenha tido intervenção em apenas um caso de alegado "desaparecimento" e não sendo conhecida a publicação de nenhum relatório relativo aos resultados da investigação que possam ter levado a cabo.
As investigações de inumeros acidentes têm sido levados a cabo por representantes da sede nacional em Jacarta. Contudo, estas investigações não acontecem de forma consistente e quando acontecem, as recomendações não são acatadas pelas autoridades.

As investigações oficiais às alegações de abusos de direitos humanos continuam a ser a excepção em vez da regra.

Timor Leste e a Comunidade Internacional

Os esforços para encontrar uma solução para o conflito em Timor Leste a nível internacional intensificou-se no último ano. Em 1997 o Secretário Geral da ONU manifestou particular interesse no assunto, nomeando um Representante Pessoal para Timor Leste. O Embaixador Marker realizou duas visitas a Timor Leste desde a sua nomeação. Outro desenvolvimento, potencialmente positivo, foi o interesse pessoal, no assunto, manifestado pelo chefe de estado sul africano, Presidente Nelson Mandela. O Presidente Mandela discutiu a questão de Timor Leste com o Presidente Suharto, durante várias reuniões no último ano,

da Amnistia Internacional

Polícias retiram Valério José Trindade, estudante timorense, das instalações da embaixada americana em Jacarta.

Polícia de choque carrega sobre multidão que protesta contra a falta de liberdade de imprensa.

incluindo a libertação do lider de oposição armada - Xanana Gusmão e a autonomia de Timor Leste.

As conversações tripartidas havidas entre a Indonésia e Portugal continuaram em Nova Iorque sob os auspícios da ONU. Uma terceira ronda do encontro inter-timorenses teve lugar na Austria em Outubro de 1997. A comunidade internacional reconheceu a grave situação de direitos humanos no território ao adoptar a resolução sobre Timor Leste na Comissão de Direitos Humanos de 1997 (CHR).

Apesar do aumento da actividade internacional, não há melhoramentos visíveis na situação dos direitos humanos no território. De facto as autoridades indonésias não tomaram medidas no sentido da implementação das recomendações contidas na resolução da Comissão de Direitos Humanos de 1997, e toda as conversações entre os indonésios e o Centro de Direitos Humanos das Nações Unidas, no sentido de passar do Memorando de Intenções a um Memorando de Entendimento, ficaram congeladas desde que a resolução foi aprovada.

A Amnistia Internacional continua a achar que o atraso no encontrar de uma solução política, não pode impedir que sejam tomadas medidas imediatas para melhorar a situação dos direitos humanos no território. A organização crê que é necessário um melhoramento dramático e visível da situação, por forma que se criem as condições necessárias a qualquer solução a longo prazo que seja efectiva e duradora.

A Amnistia Internacional apela aos Estados Membros da União Europeia nas suas reuniões com a Indonésia, quer seja individualmente ou em conjunto, como parte do processo ASEM:

Apelem à libertação de todos os prisioneiros de consciência;

Usem a sua influência para garantir acesso livre e regular aos observadores de direitos humanos nacionais e internacionais;

Apelem às autoridades indonésias para iniciarem investigações a todas as alegações de violações de direitos humanos e para que todos os responsáveis sejam levados perante a justiça;

Estabeleçam uma Comissão Timorense de Direitos Humanos independente para observar e efectivamente investigar as violações de direitos humanos - a Comissão Independente de Direitos Humanos deverá incluir representantes da sociedade civil timorense com reconhecida imparcialidade e individuos com credibilidade e assim como conhecimentos necessários;

às autoridades indonésias para implementarem as recomendações contidas nas resoluções e daclarações da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas - incluindo a resolução de 1997, nas declarações do Presidente da Comissão e nos relatórios dos peritos das Nações Unidas como o relator especial sobre a tortura e o relator especial para as execuções extra-judiciais;

às autoridades indonésias que proibam na prática e na lei, todas as formas de tortura e maus tratos.